

Senado aprovará logo o Ministério da Previdência

Da Sucursal de
BRASÍLIA

A criação do Ministério da Previdência e Assistência Social, cujo projeto já foi aprovado pela Câmara, não deverá ocupar mais do que esta semana para passar pelo Senado, diante do desejo do governo de sancionar a lei no Dia do Trabalho, 1º de maio. Ontem, simbolicamente, a matéria teve a sua redação final aprovada pela Câmara e já foi encaminhada ao Senado Federal, onde certamente a liderança arenista pedirá regime de urgência para sua discussão e votação.

Os poucos debates motivados pelo projeto do governo, limitaram-se a apreciações gerais, a maioria deles versando sobre a denominação da nova pasta. O deputado Walter Silva, do MDB do Estado do Rio, queria que ele se chamassem do Bem-Estar Social, enquanto seu colega de São Paulo, Francisco Anaral, preferia Ministério da Promoção Social. Das quatro emendas,

nenhuma foi aprovada pelo plenário, seguindo-se as instruções da liderança da Arena.

Houve poucos debates sobre o assunto na Câmara. O deputado Francisco Amaral proclamou sua esperança de que o desmembramento do Ministério do Trabalho e da Previdência Social em mais uma pasta não se limite a uma simples alteração administrativa, legando ao novo órgão uma herança de erros que poderiam comprometer o seu bom funcionamento. Por seu turno, Walter Silva, estudioso dos problemas da previdência social no País, preocupou-se com a falta de definição da estrutura da nova pasta, propondo por isso a inclusão da segurança social entre os seus objetivos.

A quase ausência de debates foi atribuída ao fato de os congressistas em geral, independentemente de vinculação partidária, serem favoráveis ao desmembramento do velho ministério para permitir a criação de uma pasta específica para os assuntos da previdênc-

cia. Antes mesmo da mensagem do Palácio do Planalto, propondo a ideia, chegar ao Congresso, numerosos parlamentares já haviam tratado do problema, em razão de sua importância dentro da estrutura social brasileira.

Se a respeito do Ministério da Previdência os debates foram poucos, sobre a criação do Conselho de Desenvolvimento e da Secretaria do Planejamento da Presidência da República eles nem chegaram a se concretizar. Entendem os parlamentares que esses novos órgãos são do interesse direto do Executivo, pelo que chegou a ser anunculado na fase de escolha dos atuais titulares dos ministérios. A Secretaria do Planejamento é, pois, a transformação do atual Ministério do Planejamento e Coordenação Geral, que vai ser extinto. E o Conselho de Desenvolvimento Econômico representa, como se observou durante a tramitação do projeto nas comissões técnicas da Câmara, uma conjunção de atividades específicas dos ministros de Estado.